

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE

O Centro Social e Paroquial de Mindelo assegura o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (RGPD) e demais legislação vigente e conexas à matéria de proteção de dados pessoais, no tratamento dos dados pessoais e que venha a efetuar.

1. Quem é o “Responsável” pelo tratamento dos dados pessoais?

O Centro Social e Paroquial de Mindelo é o “Responsável pelo Tratamento”.

2. Que dados pessoais recolhemos e vão ser tratados?

No essencial, um dado pessoal é qualquer informação que (independentemente da sua natureza ou suporte), de uma forma direta ou em combinação com outros dados, pode identificar uma pessoa singular.

O CSPM recolhe e trata os dados pessoais do titular dos dados facultados no momento da inscrição prévia para admissão de utente na IPSS, tais como:

a) identificação e contactos: nome completo, número de documento de identificação, número de identificação fiscal, fotografia, assinatura, NISS, n.º de utente do serviço nacional de saúde ou subsistema, endereço de correio eletrónico, contacto telefónico, morada completa;

b) dados biográficos: data de nascimento, sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil, informação sobre o agregado familiar, habilitações académicas, ou dados sobre a profissão;

c) dados fiscais e financeiros: património, salário, declaração de IRS

d) dados biométricos

e) dados clínicos: declaração médica com informação clínica

Obrigação de fornecer dados pessoais: No âmbito das relações comerciais e contratuais, é obrigatória a apresentação e recolha dos dados pessoais dos Utentes ou seus representantes legais, necessários para cumprimento das obrigações e diligências pré-contratuais e contratuais, ou daquelas que decorrem da regulamentação em vigor. Regra geral, sem estes dados o CSPM terá de recusar a celebração do contrato, ou ainda cessar contrato, tendo de o resolver.

3. Para que finalidade vão ser tratados os dados pessoais e qual o fundamento de licitude?

O tratamento dos dados pessoais tem como finalidade principal a gestão dos utentes que frequentam a IPSS e fundamenta-se em diligências pré-contratuais ou na execução de um contrato de prestação de serviços entre o CSPM e os utentes.

4. Como é que os dados pessoais vão ser tratados?

Os dados pessoais dos utentes ou representantes legais dos utentes serão tratados pelo Centro Social e Paroquial de Mindelo, no contexto das finalidades atrás indicadas, de acordo com a política e as normas internas e com recurso a medidas técnicas e organizativas adequadas para promover a respetiva segurança e confidencialidade, nomeadamente em relação ao tratamento não autorizado ou ilícito dos seus dados pessoais e à respetiva perda, destruição ou danificação accidental.

5. Quem são os destinatários dos dados pessoais?

a) Entidades subcontraentes

Os dados pessoais dos clientes podem ser facultados às entidades subcontratantes e prestadores de serviços que atuam em nome ou sob as instruções do CSPM.

Estas empresas estão vinculadas ao CSPM por contrato escrito, apenas podem tratar os dados pessoais dos utilizadores para os fins especificamente estabelecidos acima e não estão autorizadas a tratar os dados pessoais dos utilizadores, direta ou indiretamente, para qualquer outra finalidade, em proveito próprio ou de terceiro.

6. Durante quanto tempo vão ser tratados os dados pessoais?

Sem prejuízo de disposições legais ou regulamentares em contrário, os dados serão conservados apenas pelo período mínimo necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha ou seu posterior tratamento.

7. Que direitos tem os titulares dos dados pessoais?

1. Os titulares dos dados são informados que têm direito de:

a) solicitar o acesso aos seus dados pessoais, designadamente, obter a confirmação de que os seus dados pessoais são objeto de tratamento;

b) solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou incompletos (ex. morada, endereço de correio eletrónico, contactos telefónicos);

c) retirar o seu consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;

d) pedir o apagamento dos seus dados pessoais detidos pelo CSPM desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação;

e) pedir a limitação do tratamento de dados pessoais;

f) de se opor ao tratamento de dados pessoais;

g) à portabilidade dos dados;

f) apresentar queixa junto da autoridade de controlo competente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados - CNPD, se considerarem que o tratamento realizado aos dados pessoais viola os seus direitos e/ou as leis de proteção de dados aplicáveis.

2. Pode exercer os seus direitos em matéria de proteção de dados através de carta para Rua Padre Joaquim Ferreira n.º 55, freguesia de Mindelo, concelho de Vila do Conde ou por correio eletrónico para geral@cspmindel.pt.